



Conselho Provincial de Luanda

### ACTA N.º 02/2012

Aos 06 dias de Junho de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se uma reunião do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente do CPL, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. António Joaquim;
- Dr. Evaristo Maneco;
- Dr.<sup>a</sup> Leniza Sampaio;
- Dr.<sup>a</sup> Idalette de Sousa;
- Dr. Gracione Paulo;
- Dr. Flaviano Mafiló;
- Dr. Aldemiro Morais
- Dr.<sup>a</sup> Anabela da Silva Bengue;
- Dr.<sup>a</sup> Helena Prata;
- Dr. Luís Martinho Lunga.

#### Ausências:

Dr.<sup>a</sup> Dejanine Sousa Santos. ( justificada)

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Eleição do Vice- presidente, Secretário e Tesoureiro do Conselho Provincial;
2. Aprovação do Regulamento Interno Conselho Provincial de Luanda;
3. Constituição de Comissões do Conselho Provincial e indicação dos respectivos coordenadores;

4. Discussão e aprovação da metodologia e princípios para a instrução dos processos disciplinares;
5. Análise de participações disciplinares;
6. Análise de processos de inscrição;
7. Diversos.

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração e discutidos os pontos nela insertos há a registar as seguintes deliberações:

1. Neste ponto, foram eleitos pelo CPL para os cargos abaixo indicados, os seguintes membros:

- a) Vice-Presidente do Conselho Provincial de Luanda da Ordem – Dr. António Joaquim;
- b) Secretário - Conselho Provincial de Luanda da Ordem - Dr. Flaviano Mafiló;
- c) Tesoureiro do Conselho Provincial de Luanda – Dr.<sup>a</sup> Anabela da Silva Bengue.

2. No tocante ao projecto de Regulamento Interno do Conselho Provincial de Luanda, após a sua análise, os membros propuseram algumas alterações, designadamente, a inserção de uma cláusula que estabeleça o limite máximo de faltas injustificadas que cada membro pode cometer, bem como o estabelecimento de um prazo para a elaboração das actas e deliberaram a aprovação do referido Regulamento.

3. Constituição de Comissões e indicação dos respectivos coordenadores. Neste ponto os membros constataram que ao CPL não é, estatutariamente – artigo 38.º, reconhecida competência para criar comissões.

Assim, os membros deliberaram no sentido de se constituírem Grupos de trabalhos encarregues de tratar e cuidar das seguintes matérias:

- a) Ética e Disciplina - coordenadora Dr.<sup>a</sup> Anabela da Silva Bengue;
- b) Estágio profissional - Coordenador Dr. Evaristo Maneco, Dr.<sup>a</sup> Helena Prata - membro;
- c) Assistência Judiciária - Dr.<sup>a</sup> Idalette Sousa;



4. Discussão e aprovação da metodologia e princípios para a instrução de processos disciplinares.

Neste ponto, foi traçado pela Presidente os diferentes ensaios que a Ordem vem fazendo para lograr a melhor metodologia para a instrução dos processos disciplinares, referindo que já houve instrutores permanentes para o efeito e que eram remunerados - solução que não apresentou os melhores resultados - e depois predominantemente passaram a ser indicados instrutores os membros do CPL e que agora, segundo a orientação e recomendação do Bastonário, perspectiva-se a indicação de advogados que possam tratar da instrução mediante remuneração por processo finalizado, estando a concretização ou efectivação desta perspectiva dependente de uma evolução positiva da situação financeira da instituição e, que enquanto isso, se deve manter a prática dos processos serem instruídos pelos membros do CPL.

5. Análise de participações disciplinares:

O CPL analisou e deliberou sobre as participações a seguir listadas:

a) Participação disciplinar da Sra. Adelina José Adão contra os Srs. Drs. Manuel M. Marinho e Mara Contreiras de Sá.

O Conselho deliberou instar o Dr. Manuel M. Marinho & Associados para que conforme os sinais distintivos do seu escritório ao estatuído nos pertinentes Regulamentos da Ordem dos Advogados de Angola, designadamente, no Instrutivo sobre Publicidade, tendo sido indicado o Dr. Flaviano Mafiló para elaborar a carta para o efeito, num prazo máximo de três (3) dias;

No tocante à matéria ou factos da participação, o CPL recomendou que se informe ao advogado participado no sentido de, no âmbito do mandato a favor da senhora Adelina João Adão, ser o mais conciso e objectivo possível nas instruções que vier a dar a sua constituinte.

No que se refere à participação contra a Dra Mara Contreiras de Sá, o CPL por entender que as razões apresentadas pela participada para não prestar o patrocínio judiciário à participada têm acolhimento estatutário e regulamentar, deliberou, por isso, o seu arquivamento.



b) Participação da Sra Guiavita Domingos contra o Dr. António Quimuabi Júnior ficou deliberado no sentido de se oficiar o causídico em causa para que continue a prestar o patrocínio judiciário nos termos da indicação da Ordem dos Advogados de Angola e da Lei da Assistência Judiciária; para a elaboração da carta contendo esta deliberação foi indicado o Dr. Gracione Paulo.

d) Participação disciplinar subscrita pela Dra. Tatiana Assis Aço, Juíza de Direito da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, contra o Drs. Miguel Ângelo, advogado estagiário.

O Conselho deliberou no sentido da instauração de um processo disciplinar ao referido advogado, tendo sido indicado o Dr. Luís Martinho Lunga como instrutor do mesmo, que deverá no mais curto espaço de tempo dar início ao respectivo processo.

e) Participação subscrita pela Dra. Tatiana Aço, Juíza de Direito da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda contra o Dr. Domingos Francisco João, titular da cédula nº 758. Avaliada a linguagem e expressões a que o advogado recorreu e usou no seu arrojado, o conselho constatou que as mesmas não configuraram uma violação dos artigos 71º e 73º dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola e, conseqüentemente, deliberou no sentido do seu arquivamento, tendo sido indicado o Dr. Evaristo Maneco, para no prazo de 3 (três) dias elaborar a carta para a comunicação desta deliberação à participante e ao participado.

f) Participação do Senhor M' Beto Monteiro Traça contra o Dr. Samuel João. Deliberou-se o seu arquivamento, tendo sido indicado o Dr. Aldemiro Morais para, e no prazo de três dias, elaborar a carta a informar as partes sobre o aqui deliberado.

g) Participação formulada pela Senhora Joana Maria de Fátima Nicolau Pascoal contra o Senhor Dr. António Jaime Pinto.

O Conselho deliberou no sentido de o participante, por escrito, solicitar a participante que proceda à autenticação dos documentos que o mandatário necessita para o integral cumprimento do despacho do Juiz no âmbito do processo n.º 0873/2010-C, 1.ª Secção da Sala





do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, tendo sido, para o efeito, indicado o Dr. António Joaquim, para elaborar a comunicação inerente à presente deliberação.

h) Participação do Senhor Hélder Hélio Ribeiro contra o Senhor Dr. Miguel Fernandes.

O Conselho deliberou no sentido de se proceder à produção complementar de prova, tendo-se indicada a Dra. Mariza Serqueira para promover a audição das partes.

l) Finalmente, quanto à participação formulada pela Associação dos Trabalhadores Angolanos da Extinta República Democrática da Alemanha- (A.E.X-TAA) contra o Dr. Sérgio Raimundo, os membros deliberaram no sentido de a remeter ao Conselho Nacional da Ordem dos Advogados, atento ao facto do participado ter sido membro dos órgãos sociais da Ordem,- Conselho Nacional,- e a competência disciplinar nestas situações- al. c) do artigo 77.º dos E.O.A.A- ser das Secções Disciplinares do Conselho Nacional. A execução desta deliberação ficou a cargo da Presidente do CPL.

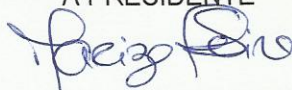
6. Análise de processos de inscrição;

Foram analisados e deliberados dois processos:

a) Pelo facto da Dra. Iracelma Pedro não ter respondido ao ofício do Conselho Provincial de Luanda da Ordem no qual se solicitava informações concretas sobre o pedido por si apresentado, o Conselho Provincial deliberou, em primeiro lugar, instar a ilustre colega para a necessidade do cumprimento rigoroso do estipulado na al. k) do n.º 1 do art.º 63.º dos Estatutos da Ordem dos Advogados e, em segundo, face ao pouco tempo que lhe resta para a realização do estágio, considerar como data de início de estágio a data na qual for deferido o seu novo pedido de mudança de patrono. Para a elaboração das deliberações foi indicada a Dra. Helena Prata.

b) Quanto ao pedido de inscrição formulado pela cidadã Angélica Andrea Barbosa Vicente da Silva de nacionalidade cabo-verdiana o Conselho deliberou no sentido de se consultar os Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde para se averiguar da existência ou não da consagração do princípio da reciprocidade, sendo certo que, em função do resultado das diligências feitas, deverá ser deferido ou não o pedido de inscrição na Ordem dos Advogados de Angola. Para o cumprimento dessa deliberação foi indicado o Dr. Aldemiro Morais.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H15, tendo sido lavrada a presente acta que, após a sua aprovação, vai ser assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE  
  
Mariza Sequeira

